

Wedster Sabino – *“Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus”*: As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1 2022. 143-163. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a8

“Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus”:

As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974)

“That enterprise was born from the heart of God”:

The interrelationships between Baptist mission and national integration projects in the Brazilian Amazon (1970-1974)

"Cette entreprise est née du cœur de Dieu" :

Les interrelations entre mission baptiste et projets d'intégration nationale en Amazonie brésilienne (1970-1974)

“Esa empresa nació del corazón de Dios”:

Las interrelaciones entre la misión bautista y los proyectos de integración nacional en la Amazonía brasileña (1970-1974)

Wedster Sabino
FFLCH - USP
wedstersabinohist@gmail.com

Resumo: O objetivo deste texto é contextualizar as inter-relações entre a missão batista sobre a Amazônia brasileira e os projetos de integração nacional impostos sobre a região no período da ditadura militar. Em perspectiva histórica, pretende-se evidenciar os alinhamentos e, em alguns casos, a “adesão ativa” entre as frentes de expansão das missões batistas no país e as políticas e discursos adotados pelos militares na construção do “Brasil potência”. De modo específico, observar a missão no seio dos projetos de integração da Amazônia, em especial, nas frentes de trabalho abertas para a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), entre 1970 e 1974.

Palavras-chave: Amazônia brasileira; missão batista; ditadura militar

Abstract: The objective of this text is to contextualize the interrelationships between the Baptist mission on the Brazilian Amazon and the national integration projects imposed on the region during the period of the military dictatorship. In a historical perspective, it is intended to highlight the alignments and, in some cases, the "active adhesion" between the expansion fronts of Baptist missions in the country and the policies and discourses adopted by the military in the construction of "Brazil potency". Specifically, to observe the mission within the Amazon integration projects, especially in the work fronts opened for the construction of the Trans-Amazonian Highway (BR-230), between 1970 and 1974.

Keywords: Brazilian Amazon; Baptist mission; military dictatorship

Résumé: L'objectif de ce texte est de contextualiser les interrelations entre la mission baptiste en Amazonie brésilienne et les projets d'intégration nationale imposés à la région pendant la période de la dictature militaire. Dans une perspective historique, il est destiné à mettre en évidence les alignements et, dans

Wedster Sabino – *“Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus”*: As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974). História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1 2022. 143-163. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a8

certains cas, "l'adhésion active" entre les fronts d'expansion des missions baptistes dans le pays et les politiques et discours adoptés par les militaires dans la construction du "Brésil puissance". Plus précisément, observer la mission au sein des projets d'intégration de l'Amazonie, notamment dans les chantiers ouverts pour la construction de la route transamazonienne (BR-230), entre 1970 et 1974.

Mots-clés: Amazonie brésilienne; mission baptiste; dictature militaire

Resumen: El objetivo de este texto es contextualizar las interrelaciones entre las misiones bautistas en la Amazonía brasileña y los proyectos de integración nacional impuestos a la región durante el período de la dictadura militar. En una perspectiva histórica, se pretende resaltar los alineamientos y, en algunos casos, la "adhesión activa" entre los frentes de expansión de las misiones bautistas en el país y las políticas y discursos adoptados por los militares en la construcción del "Brasil potencia". Específicamente, observar la misión entre los proyectos de integración amazónica, especialmente en los frentes de trabajo abiertos para la construcción de la carretera Transamazónica (BR-230), entre 1970 y 1974.

Palabras clave: Amazonía brasileña; misión bautista; dictadura militar

Introdução

No limiar do século passado, Pádua (2000) advertia-nos acerca do panorama em que se encontrava a região da Amazônia brasileira e a orientação das políticas e dos projetos de desenvolvimento econômico e social adotados para a região. Estas dinâmicas, na ótica do historiador, poderiam ser consideradas “[...] uma constelação de processos sociais e ambientais, muitos dos quais extremamente perversos, que transformaram a região em um dos grandes dilemas históricos deste final de século” e, também, da atualidade (Pádua, 2000: 796). Com especial destaque para os projetos de “integração” iniciados durante o período da ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985, “a partir da década de 1970 inaugurou-se um processo massivo e predatório de ocupação, dando origem ao que foi chamado de ‘as décadas da destruição’” (Pádua, 2000: 796).

Do ponto de vista histórico-religioso, tal panorama não passou despercebido pelas lideranças das missões protestantes que atuavam na região, já na década de 1970. Entre as lideranças Batistas em atuação no Brasil, em relatório remetido à Southern Baptist Convention (Convenção Batista do Sul dos Estados Unidos), encontramos a afirmação de que “[...] a Amazônia está em uma encruzilhada de sua história” (FMB 08/05/1979). Naquele período, sobre a Amazônia brasileira pairava o peso das grandes descobertas e dos projetos de “integração” propostos e executados pela ditadura militar, como a construção da rodovia Transamazônica e a descoberta das reservas minerais da Serra dos Carajás, na região sudeste do estado do Pará. Este relatório, portanto, insere-se no contexto dos avanços sobre a região capitaneados pelo poder político e econômico, e

alerta: “A Amazônia, junto com o resto do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, se tornará uma bonança ou um desastre” (FMB 08/05/1979).

A partir deste alerta, o objetivo deste texto é contextualizar as inter-relações entre as missões batistas sobre a Amazônia brasileira e os projetos de “integração nacional” impostos sobre a região no período da ditadura militar. Em perspectiva histórica, pretende-se evidenciar os alinhamentos e, em alguns casos, a “adesão ativa” entre as frentes de expansão das missões batistas no país e as políticas e discursos adotados pelos militares na construção do “Brasil potência”. De modo específico, no interior dos projetos de “integração” da Amazônia, em especial nas frentes de trabalho abertas para a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), entre 1970 e 1974.

Destacamos que este não é um trabalho de história eclesiástica, ou de caráter confessional. Tampouco, tem a intenção de reduzir a experiência histórico-religiosa dos missionários protestantes a dinâmicas políticas e econômicas. Busca inseri-las, de forma a caracterizar as práticas religiosas em seus múltiplos aspectos, “[...] reportando de modo sistemático as manifestações religiosas às condições históricas concretas”, conforme a uma perspectiva histórico-religiosa sugerida por alguns estudos (Lanternari, 1974: 10).

Em consonância com a periodização da história recente da Amazônia brasileira proposta por Petit (2003), aborda-se o movimento de expansão das missões batistas sobre a região durante a “época das grandes transformações socioeconômicas da Amazônia”, a partir da segunda metade da década de 1960 até 1974, ano de declínio das políticas de “colonização dirigida” adotadas pela ditadura militar em direção à Transamazônica. Segundo o autor, este período, “[...] apresenta ainda a influência da crescente integração da economia regional ao mercado nacional” e, posteriormente, internacional (Petit, 2003: 49-50).

Percebemos, então, que o alerta lançado por Pádua (2000) estava relacionado diretamente a algumas consequências da “época das grandes transformações socioeconômicas” da Amazônia indicadas por Petit (2003). Segundo o autor, este ciclo de exploração caracterizou-se pela ideia de que “[...] essa região era basicamente um *espaço vazio* a ser ocupado [...]” e pelo acirramento, “[...] no grau de intervenção da Administração Federal na região, que não tem paralelo com nenhum outro momento anterior” (Petit, 2003: 65 e 79).

Para fins de delimitação do recorte geográfico, a região que denominamos de Amazônia brasileira deve ser entendida como o espaço da Amazônia Legal, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo este órgão, a Amazônia Legal é composta por 772 municípios distribuídos nos Estados brasileiros do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima. Com um território de aproximadamente 5.015.067,75 km², compreende 58,9% do território nacional. Tal delimitação não visa generalizar a multiplicidade existente na região, mas, acompanhar a periodização da “época das grandes transformações socioeconômicas” que, segundo Gonçalves, geograficamente constitui-se a região “[...] pano de fundo em que se deu a recente incorporação da Amazônia como fronteira agrícola” (Gonçalves, 2012: 53).

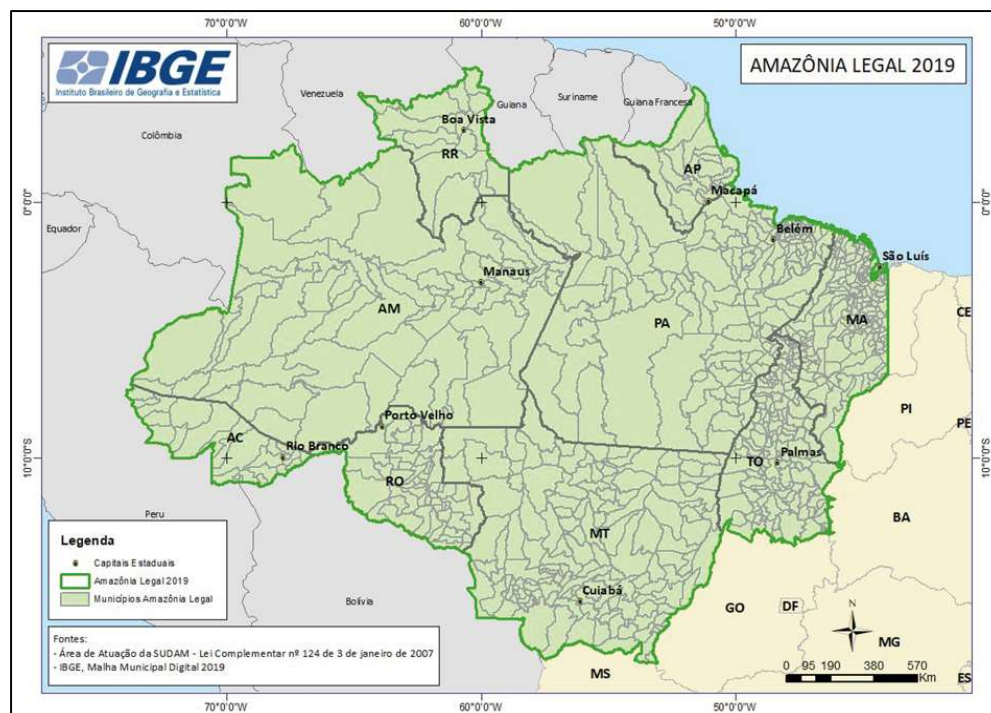


Imagem 1: Mapa da Amazônia Legal Atualizado, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

A análise da imprensa protestante seguiu os princípios traçados por De Luca (2006: 140), para quem, ao trabalhar com fontes impressas, é preciso levar em consideração o “destaque conferido” para os acontecimentos no momento da publicação, pois, “[...] a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do

público que o jornal ou revista pretende atingir [...]”, assim como materializam os interesses, as ideias e os projetos dos autores da publicação.

As fontes primárias privilegiadas nessa investigação compõem-se de recortes publicados no *O Jornal Batista* (OJB), órgão oficial de comunicação no Brasil, fundado em 1901 e em atividade até os dias atuais (Vasconcelos, 2010). Este periódico adquire um caráter central para a investigação das missões batistas no Brasil, devido ao aspecto oficial conferido pela Convenção Batista Brasileira (CBB). Segundo Vasconcelos, os responsáveis pela publicação, “[...] pretendiam-se a voz nacional dos batistas brasileiros, podendo, portanto representá-los, ainda que outros periódicos batistas houvessem surgido anteriormente [...]” (Vasconcelos, 2010: 84).

As análises propostas neste artigo encontram-se organizadas em duas partes. A priori, buscou-se evidenciar os alinhamentos e a “adesão ativa” entre as práticas missionárias batistas e as políticas e os discursos adotados pelos militares na construção do “Brasil potência”. E, por último, contextualizar as inter-relações entre as frentes de expansão das missões batistas e os projetos de “integração nacional” da Amazônia, em especial nas frentes de trabalho abertas para a construção da rodovia Transamazônica (BR-230), entre 1970 e 1974.

“A HORA E A VEZ DA TRANSAMAZÔNICA”: As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira

Era chegada “a hora e a vez da Transamazônica”. A afirmação proferida em 1971 demonstra a adesão dos batistas ao empreendimento anunciado em 1970 (OJB 28/02/1971 ed. 09: 01). Estampada na primeira página daquela edição do OJB, a mensagem delineava as possibilidades em tela para a Junta de Missões Nacionais (JMN), com a abertura das frentes de trabalho da Transamazônica pela ditadura militar. Ainda segundo a mensagem, o projeto da Transamazônica teria nascido do “plano de Deus”, devendo os batistas brasileiros tomar parte na “integração” da região, “porque esta é a hora em que milhares de nordestinos são deslocados para lá. [...] homens que se lançam na aventura em busca de felicidade, em busca de uma vida nova na Amazônia” (OJB 28/02/1971 ed. 09: 01).

A elaboração de um projeto para uma nova rodovia, com a função de “integrar” a região Amazônica, surge nos horizontes da ditadura militar após uma viagem realizada à

região Nordeste, pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, em junho de 1970 (Menezes, 2007). Nesta viagem, a comitiva do presidente deveria se reunir ao Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para discutir a situação das secas sazonais que assolavam a região.

Nas ações tomadas pela ditadura militar após a incursão presidencial, percebe-se a celeridade e a voracidade com que foram tomadas medidas garantindo o início das obras ainda em 1970. Em 16 de junho de 1970 é instituído o Decreto-Lei 1.106 que determinou “[...] a urgência e o relevante interesse público de promover a maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas da SUDENE e SUDAM [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia]” (Brasil, 1970). Com o Decreto-Lei instituído, segundo Menezes, “[...] no dia 20, é divulgado o Edital n. 36/70, do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, anunciando a concorrência pública para a construção das obras do primeiro trecho, as quais tiveram seu início formal em 9 de outubro de 1970” (Menezes, 2007: 55).

Igualmente célere é a adesão demonstrada pela CBB, por meio do Secretário da JMN na década de 1970, o missionário estadunidense Samuel Mitt, ao projeto esboçado pelos militares. Na edição do OJB de 13 de setembro de 1970, encontramos a primeira menção aos planos da JMN para, alinhados aos planos lançados pelo decreto 1.106, que determinou a criação do Programa de Integração Nacional (PIN), expandir as missões batistas através das frentes de trabalho que seriam abertas para a construção da Transamazônica. Em entrevista realizada com o missionário Samuel Mitt, o periódico noticia a pretensão da Junta de Missões Nacionais:

“A Junta pretende expandir a obra partindo de Carolina, Araguatins, Marabá e Jacareacanga, locais situados na rota dessa estrada. Ela pretende equipar os obreiros colocados em pontos estratégicos para poderem melhor alcançar a região onde trabalham” (OJB 13/09/1970 ed. 37: 05).

Tendo em consideração este quadro legislativo e os objetivos das missões batistas, busca-se evidenciar os alinhamentos e a “adesão ativa” entre as práticas missionárias batistas e as políticas e os discursos adotados pelos militares na construção do “Brasil potência”.

As lideranças batistas e a “adesão ativa” ao “sonho do Brasil grande”

Pretende-se ressaltar aqui elementos que apontam a “adesão ativa” das lideranças da CBB às políticas e aos discursos adotados pela ditadura militar no período delimitado, de forma a avaliar o argumento de que as frentes de expansão das missões batistas na Amazônia brasileira, entre 1971 e 1974, estiveram alinhadas aos projetos de “integração nacional” da ditadura militar (Almeida, 2016).

Sem evadir do recorte proposto, é possível afirmar que esta cooperação é perceptível a partir de dois fatores: por um lado, na adesão dos batistas à concepção presente nos discursos militares de construir o “Brasil potência” e, por outro, na cooperação da JMN na formação de jovens e adultos vinculada às concepções de “patriotismo” e “civismo” por meio de seus colégios.

Na concepção das lideranças da JMN o trabalho realizado nos colégios batistas constituía-se de um caráter “altamente patriótico”. Segundo os missionários:

“A Junta de Missões Nacionais realiza um trabalho altamente patriótico, tendo em vista que as pessoas alcançadas pelo evangelho tornam-se novas criaturas e, portanto, pessoas úteis á sociedade. Ela vem cooperando com o Govêrno no propósito que êste tem de integrar o sertanejo no convívio da sociedade. As 53 escolas em funcionamento são um eloqüente testemunho deste fato. As professoras não medem esforços no desempenho de sua missão, ministrando aos alunos o conhecimento das letras e, acima de tudo, colocando em suas mentes e corações princípios morais e espirituas que hão de torná-los cidadãos dignos do Brasil de amanhã” (OJB 06/09/1970 ed. 36: 02).

A cooperação entre a JMN e a ditadura militar, encabeçada naquele momento pela figura do Presidente Médici, é explicitamente afirmada pelos batistas brasileiros no seu órgão oficial de comunicação por meio de seus colégios.

Ainda sobre esta cooperação educacional entre os batistas e as iniciativas da ditadura militar, constatou-se a adesão dos colégios da JMN ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado pelos militares em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Esta adesão pôde ser constatada através da proposta, aprovada pela JMN para o biênio de 1971/1972, de “criar um Fundo de Literatura, para a produção de folhetos destinados à evangelização, especialmente aos que forem alfabetizados pelo MOBRAL” (OJB 01/08/1971 ed. 31: 02). Por outro lado, já em agosto de 1972, encontramos a notícia da cessão de prédios e professoras vinculadas à Junta para a execução do programa:

“Constatamos em vários lugares que as Secretarias da Educação pediram os prédios de nossas escolas para o funcionamento do MOBRAL (Movimento de Alfabetização). Também muitas professoras estão sendo solicitadas com muito empenho pelo poder

Wedster Sabino – “*Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus*”: *As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1 2022. 143-163. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a8

público para colaborar com o Governo nesta obra patriótica. Como cidadãos do reino de Deus e cidadãos da Pátria terrena, nossas obreiras não têm negado essa ajuda, ao tempo em que aproveitam também a oportunidade para levar aos seus alunos a mensagem de Cristo” (OJB 06/08/1972 ed. 32: 02).

Em *Pelo Senhor Marchamos: os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, Almeida (2016) aborda as relações entre a ditadura militar e as igrejas Presbiterianas, Assembleias de Deus, Batistas e Metodistas. Em sua análise das atitudes tomadas pelos batistas frente ao contexto ditatorial brasileiro, afirma que entre os batistas houve uma “adesão ativa” a diversas propostas e concepções da ditadura militar (Almeida, 2016). Segundo o autor, por meio do lançamento do plano de evangelização “Cristo, a única esperança”, em 1964, internamente à CBB “renunciou-se assim, oficialmente, em se discutir os problemas nacionais sob outros prismas que não apenas o religioso. Espiritualizou-se a miséria, a fome, a pobreza e as injustiças” (Almeida, 2016: 183), com o objetivo de se focalizar um aumento substancial no número de conversões à denominação.

“Desse modo, o presidente da CBB e os setores conservadores da igreja, decidiram promover uma campanha que cumpria pelo menos dois objetivos: o primeiro, ampliar o número de fiéis nas igrejas batistas; e o segundo, mas não menos importante, desmobilizar setores batistas mais engajados politicamente e que vinham crescendo no interior das igrejas, principalmente entre os jovens” (Almeida, 2016: 183).

E no cumprimento destes objetivos, “as ilhas de dissidência tinham sido completamente silenciadas ou expurgadas da igreja. O apoio ao regime, mesmo em sua fase mais dura, tinha sido declarado” (Almeida, 2016: 220). Como é possível notar na cooperação citada entre os colégios da JMN e os ideais de “patriotismo” e “civismo”, e mesmo na cooperação com o MOBREAL, a “espiritualização” dos problemas sociais brasileiros e a desmobilização política dos setores mais engajados da denominação batista ocasionaram uma “adesão ativa” das lideranças denominacionais aos projetos propostos pela ditadura militar na busca de ampliar a presença batista no país (Almeida, 2016). O alinhamento das frentes de expansão das missões batistas na Amazônia brasileira às frentes de trabalho anunciadas para a construção da Transamazônica a partir do final de 1970 nada mais é que um reflexo desta orientação no interior da JMN.

É necessário dizer que no início da década de 1970 o país encontrava-se vivenciando aquilo que se convencionou chamar de o “milagre brasileiro” (Menezes, 2007). Pautado em índices macroeconômicos que evidenciavam um crescimento anual

nunca antes experimentado no país, “[...] durante o Governo Médici o Brasil viveria sob o signo do “Brasil potência” e dos desdobramentos políticos daí decorrentes” (Menezes, 2007: 68). Propagandeava-se a construção de um “Brasil grande” a partir da legitimidade que a ditadura militar acumulava para si por meio da execução dos projetos econômicos do período.

Este discurso pretendido pela ditadura militar de “adesão nacional”, que Miranda (2018) denomina de “legitimidade pelo mérito”, tinha como um dos aparatos principais os grandes projetos desenvolvimentistas “[...] que construíram uma fachada de legitimidade do regime, fomentando sua popularidade e difundindo um suposto ‘milagre econômico’ que fortalecia o ideal de um ‘Brasil Grande’, próspero, integrado e moderno” (Miranda, 2018: 134).

Em sintonia com esta orientação, as lideranças batistas, assim como outros setores civis, “[...] não se eximiram em contribuir com o conjunto de construções discursivas que, manifestadas em músicas, em campanhas publicitárias e nos meios de comunicação, alardeavam o ‘milagre brasileiro’” (Menezes, 2007: 69). Neste sentido, citamos um trecho extraído do OJB de setembro de 1970:

“Cooperar com a Junta de Missões é uma prova de amor à Pátria. Uma evidência de que se crê no futuro desta Nação. É uma forma concreta de dizer que se deseja ver a concretização do sonho do Brasil grande. Do Brasil de homens de trabalho. Do Brasil de homens de caráter. Do Brasil onde Deus seja engrandecido pela presença de milhões que amem e sirvam a Jesus” (OJB 06/09/1970 ed. 36: 02).

Percebemos, então, nos argumentos da retórica dos batistas brasileiros, as orientações citadas acima, internas e externas à cúpula das lideranças da CBB. Internas, pois, conforme os apontamentos de Almeida (2016) indicam a “espiritualização” do “sonho do Brasil grande” através da cooperação entre a ditadura militar e a JMN. De igual maneira, “a presença de milhões que amem e sirvam a Jesus” remete às intenções de expansão da denominação Batista no Brasil. Os argumentos externos podem ser evidenciados na adoção das concepções produzidas pela ditadura militar através da noção de “legitimidade pelo mérito”. Ou seja, a cooperação para a “concretização do sonho do Brasil grande”, “do Brasil de homens de trabalho”, “uma prova de amor à Pátria” (OJB 06/09/1970 ed. 36: 02).

Deslinda-se uma sintonia entre os discursos mobilizados pela ditadura militar no período do “milagre brasileiro” e as lideranças batistas a partir do plano de evangelização

“Cristo, a única esperança”, conforme nos aponta Almeida (2016). Esta “adesão ativa”, vai-se fortalecer no contexto das inter-relações entre as frentes de trabalho abertas para a construção da Transamazônica e as frentes de expansão das missões batistas sobre a Amazônia brasileira. Contudo, ressaltamos que esta argumentação, segundo Menezes, teve aspectos violentos no contexto ditatorial:

“A eloqüente retórica do milagre implicou na supressão dos conflitos que ele abrigava, prestando-se a silenciar grandemente as ruas, as prisões, o cerceamento das liberdades individuais, e reafirmar, em contrapartida, as positivities do rigor e das arbitrariedades do estado autoritário. Dessa forma, as outrora dissidentes vozes internas que se arriscavam estridentes, quando não amordaçadas, foram convertidas em sussurros” (Menezes, 2007: 70).

Para além do contexto de intervenção nas condições precárias enfrentadas pelas populações do Nordeste com a seca, a construção da Transamazônica relaciona-se profundamente com os aspectos citados acima. Assim, a idealização do Programa de Integração Nacional para a Amazônia brasileira justificava-se por outros dois problemas relacionados à região na concepção dos militares.

Em primeiro lugar, segundo Petit (2003), “a necessidade de estimular a ocupação do território, [...] para garantir a ‘posse desse imenso espaço vazio’, também tinha por finalidade evitar a ‘cobiça internacional’ sobre a Amazônia” (Petit, 2003: 79). Naquele período, a concepção de que a Amazônia seria um “imenso espaço vazio”, devido às tensões mundiais da Guerra Fria e, internamente, à presença da Guerrilha do Araguaia entre 1967 e 1973 na região de Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará, transformaram a região em um grande “problema geopolítico” na visão dos militares (Petit, 2003: 79). Por outro lado, buscava-se suprimir conflitos e tensões sociais existentes em outras regiões brasileiras, principalmente no Nordeste,

“sob o lema de Terra sem Homem para Homens sem Terra [...] o governo federal resolveu promover a migração de milhares de camponeses para a Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 hectares, por família, de terras situadas nas margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica [...]” (Petit, 2003: 86).

Decorre destes problemas, portanto, conforme nos aponta a historiografia sobre este período da ditadura militar brasileira, as verdadeiras pretensões do governo Médici ao idealizar a construção da Transamazônica. Segundo Miranda,

“Ao idealizar a construção da Transamazônica, a ditadura objetivava, então, ocupar a Amazônia, através do incentivo a migração de nordestinos. Assim, seria possível aliviar o excedente demográfico no Nordeste, promovendo a colonização dos chamados “espaços vazios” na região amazônica. As possibilidades de transporte e comunicação

seriam aprimoradas, complementando o sistema fluvial amazônico e facilitando a exploração das reservas minerais do território, como ferro, manganês, estanho, chumbo e ouro” (Miranda, 2018: 143).

Iniciam-se assim os projetos de “colonização dirigida” para as margens da rodovia no ano de 1971, sendo paralisados em 1974. Segundo Petit, “[...] sem nunca ter alcançado as metas previstas pelo governo federal, nem tampouco de muitas das famílias que abandonaram suas terras pelas promessas do governo” (Petit, 2003: 88). Importa dizer que as pretensões da JMN estavam diretamente ligadas a estes projetos de “colonização dirigida”:

“A Junta está pensando seriamente no grande desafio que representa a abertura da Estrada Transamazônica. Esta estrada sairá do Recife (Pernambuco) e alcançará Cruzeiro do Sul (Acre). O governo pretende reservar 10 km à direita e outro tanto à esquerda para a colonização. De 100 em 100 km surgirá um acampamento para ser o ponto de partida para uma futura cidade” (OJB 13/09/1970 ed. 37: 05).

Nas reflexões traçadas até aqui, apresentamos os aspectos que suscitaram a idealização do Programa de Integração Nacional (PIN) pelos militares em 1970 (Menezes, 2007). Aliado a estes aspectos, trabalhamos a orientação de “adesão ativa” aos governos militares, presente nas ações de lideranças da CBB, com a criação do plano de evangelização “Cristo, a única esperança”, a partir de 1964 (Almeida, 2016). Evidencia-se, então, uma sintonia entre os componentes retóricos do “milagre brasileiro” projetado durante um período de supressão das críticas ao regime, do acirramento às práticas de repressão e da ideia de “legitimidade pelo mérito”, aos componentes presentes na retórica batista, composta pela “espiritualização” dos problemas sociais do país e pelo alinhamento na busca da “concretização do sonho do Brasil grande” (OJB 06/09/1970 ed. 36: 02).

As inter-relações entre as frentes de expansão das missões batistas e as frentes de trabalho para a construção da Transamazônica

Evidenciamos, na seção anterior, a sintonia entre os componentes retóricos do “milagre brasileiro” propagandeado pela ditadura militar e a retórica batista na prática da “espiritualização” dos problemas sociais do país no período. Entre a abertura das frentes de trabalho para a construção da rodovia Transamazônica e a idealização da frente de expansão das missões batistas sobre a Amazônia brasileira, o caráter simultâneo deste alinhamento ocorre, em parte, devido à escolha por se iniciar as obras pelo trecho entre a

Wedster Sabino – “*Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus*”: *As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1 2022. 143-163. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a8

cidade de Estreito, no Maranhão, e Marabá, no Estado do Pará. Tal escolha ocorreu devido à existência, naquele momento, da Guerrilha do Araguaia na região, possibilitando uma maior presença dos militares nas cidades próximas (Petit, 2003). Para a JMN, essa escolha tornou possível a mobilização de uma estrutura missionária já existente na região, a partir das missões implantadas nas margens do rio Tocantins na década de 1930 (Sabino, 2019).



Imagem 2: “A Estrada-Desafio: Transamazônica”, Mapa elaborado pela Junta de Missões Nacionais, Acervo *O Jornal Batista* (20/12/1970, ed. 51: 02).

Mobilizadas as primeiras máquinas para a abertura das frentes de trabalho na construção da Transamazônica, em 9 de outubro de 1970, podemos encontrar elementos que atestam a “adesão ativa” dos batistas brasileiros ao empreendimento. Na visão da JMN, “é de esperar-se que essa estrada seja um fator importante de integração da Amazônia com o resto do país [...]. Aquelas populações que se formarão ao longo da imensa estrada serão campo propício para uma vasta e fecunda sementeira do evangelho” (OJB 04/10/1970 ed. 40: 02). Percebe-se, através deste trecho, a abordagem dos batistas ao avançar sobre a região.

Os “campos propícios”, aos quais se referem os batistas, seriam os núcleos de “colonização dirigida”, projetados pela ditadura militar ao longo do traçado da Transamazônica. Conforme nos apontou Miranda (2018), a ditadura objetivava, então, ocupar a Amazônia, através do incentivo à migração de nordestinos. Esta “ocupação” relacionava-se com a ideia de que a Amazônia brasileira se constituía de um “imenso espaço vazio” que, na concepção dos militares, seria preciso “integrar, para não entregar” (Miranda, 2018). Para os batistas, “não entregar, [...] significava não entregar às trevas, ao materialismo, ao ateísmo, ao comunismo, aos interesses internacionais, aos inimigos da pátria, aos aventureiros” (Santos, 2007: 78-79). Aliada a estas concepções havia a questão das vozes dissonantes ao caráter autoritário e repressivo do período, que os militares, e os batistas internamente, buscavam silenciar (Menezes, 2007). Sobre este silenciamento, ainda, não podemos esquecer, segundo Almeida,

“A influência dos missionários batistas norte-americanos e, principalmente, a relação que a CBB manteve com a *Southern Baptist Convention*, contribuíram profundamente no contexto da Guerra Fria para que a aversão ao comunismo e ao marxismo se aprofundasse ainda mais entre os batistas brasileiros” (Almeida, 2016: 170).

No entanto, os aspectos autoritários citados neste trabalho não foram considerados pelas lideranças batistas. Ao contrário, para os batistas a abertura das frentes de trabalho e dos núcleos de “colonização dirigida” representavam uma grande oportunidade para a expansão das missões: “vilas e povoados vão surgir, dentro de pouco tempo, em lugares até agora habitados apenas por feras e silvícolas. O progresso material acompanhará, sem dúvida, essa marcha gigantesca para o Setentrião do Brasil” (OJB 04/10/1970 ed. 40: 02). A avaliação das lideranças batistas considerava que o deslocamento de milhares de nordestinos aos núcleos de “colonização dirigida” representaria a possibilidade de penetração da evangelização sem a interferência de “laços sociais”:

“Nós temos, na vida desses nordestinos, uma grande oportunidade para um excelente ministério. Esta é a hora de entrarmos na Amazônia porque todos aqueles que têm trabalhado em cidades relativamente pequenas são sabedores de que nelas os laços sociais são um grande empecilho pra o progresso do Evangelho. Quantas e quantas vezes temos visitado cidades onde o evangelho é bem recebido, onde os crentes são respeitados, onde as pessoas vão à igreja, mas que também não se decidem por Jesus. Por quê? É o medo da opinião dos parentes, é a vergonha diante do compadre. E tôdas estas coisas são armas do Diabo para impedir que estas almas se salvem, *Hoje não existem tais laços na Transamazônica*” (OJB 28/02/1971 ed. 09: 02)

Percebemos, na ênfase dada à ausência de “laços sociais” nas frentes de trabalho da Transamazônica, a prática da “espiritualização” dos problemas sociais adotada pelos

Wedster Sabino – “*Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus*”: *As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1 2022. 143-163. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a8

batistas brasileiros durante a ditadura militar (Almeida, 2016). Em nenhum momento nas fontes investigadas foi possível encontrar alguma referência às dificuldades que a ausência de uma rede de solidariedade acarretou aos migrantes que se encaminhavam para a região.

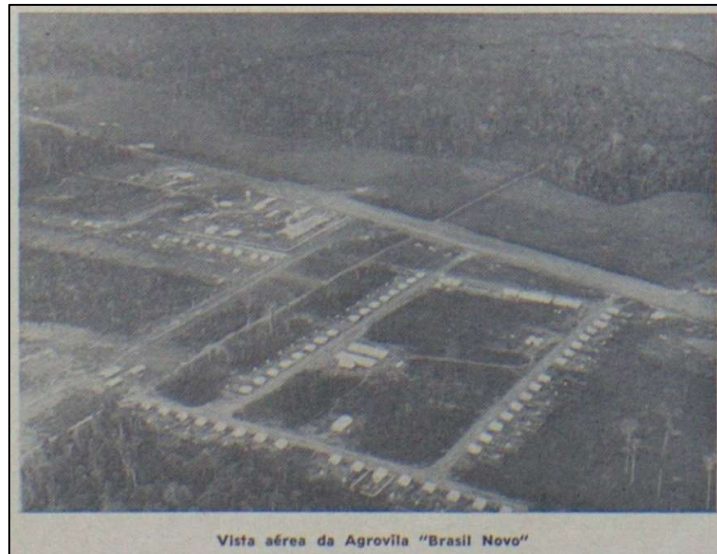


Imagem 3: Vista Aérea da Agrovila Brasil Novo, um dos núcleos de “colonização dirigida” abertos para a construção da rodovia Transamazônica, Acervo *O Jornal Batista* (27/08/1972, ed. 35: 05).

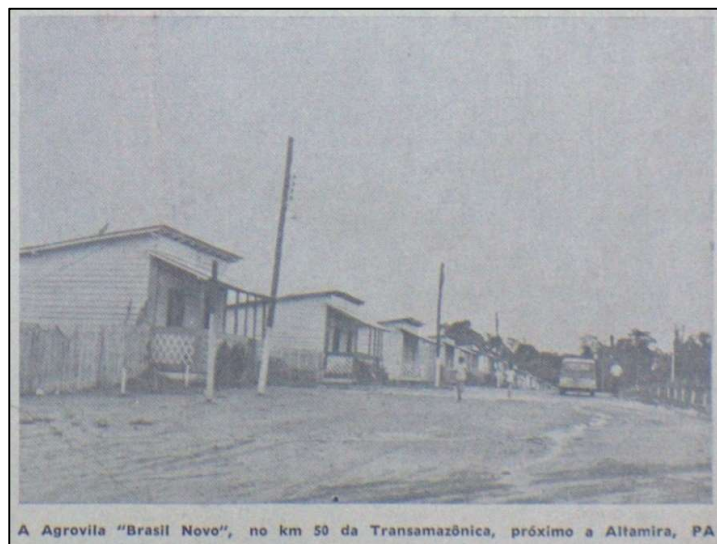


Imagem 4: Agrovila Brasil Novo, um dos núcleos de “colonização dirigida” abertos para a construção da rodovia Transamazônica, Acervo *O Jornal Batista* (27/08/1972, ed. 35: 05).

No plano de metas da JMN para o biênio de 1971/1972, encontramos como “planos para a expansão da obra” apontados pelo Secretário Samuel Mitt, a orientação (uma das metas a atingir): “2) entre em contato com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para a aquisição de propriedades nos futuros núcleos de colonização da Transamazônica” (OJB 01/08/1971 ed. 31: 02). Esta orientação evidenciava a pretensão da JMN de não apenas se alinhar aos projetos governamentais, através do envio de missionários às frentes de trabalho da Transamazônica com seus próprios recursos, mas a angariar, junto à ditadura militar, benefícios para a aquisição de propriedades nos futuros núcleos de colonização.

Outra evidência desta “adesão ativa” é demonstrada através da aproximação das lideranças batistas às políticas dos militares em relação às populações indígenas no período. Em edição de 26 de março de 1972, o periódico batista noticia a participação de representantes da JMN a uma reunião junto à FUNAI (Fundação Nacional do Índio) com o intuito de discutir “a integração do índio na sociedade brasileira” (OJB 26/03/1972 ed. 13: 07). É importante ressaltar que participaram desta reunião representantes das várias missões religiosas que mantinham trabalhos entre as populações indígenas brasileiras, não configurando, portanto, uma exclusividade da JMN. No entanto, para além dos elogios tecidos às abordagens utilizadas pela FUNAI no período, o artigo esboça o caráter de uma possível cooperação entre os dois atores:

“A FUNAI, entretanto, não cuida do aspecto religioso do índio. Nesse momento é que entram as várias Missões, através de seus destemidos e abnegados obreiros, no afã insopitável de levar ao patricio indígena a mensagem redentora de Cristo. Para que tal ministério seja realizado importa que haja boa compreensão e entendimento entre os representantes da entidade secular, que visa a integração do índio no aspecto sócio-econômico-cultural e os missionários das várias entidades religiosas, que visam levar ao coração do silvícola algo que substitua o vazio deixado em sua alma pelas novas concepções adquiridas ante a visão do mundo civilizado” (OJB 26/03/1972 ed. 13: 07).

De volta às metas para o biênio de 1971/1972, publicadas por Samuel Mitt, encontramos mais elementos que nos ajudam a apreender a inter-relação entre a abertura das frentes de trabalho da Transamazônica e a organização das frentes de expansão das missões batistas para a Amazônia brasileira. De acordo com o OJB, a primeira meta seria “1) Nomear um itinerante para a região do Médio Tocantins, a fim de que possa desenvolver os trabalhos na rota da Transamazônica”, enquanto a terceira meta seria aquela de “3) Expandir a obra da Transamazônica partindo de Estreito, Araguatins,

Marabá e Jacareacanga, pontos em que já existem trabalhos” (OJB 01/08/1971 ed. 31: 02).

A segunda meta, conforme citamos acima, constituía-se na aquisição, junto ao Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de propriedades nos núcleos de “colonização dirigida” às margens da Transamazônica. Juntas, estas metas delineavam a proposta de evangelização da JMN para o início da década de 1970, que viria a culminar com a criação, em 1974, do Programa Integrado de Missões e Evangelização (PROIME). Segundo Santos, “a idéia era mobilizar todos os batistas num projeto arrojado que cobrisse todas as regiões do país com a evangelização e dessa forma, alcançar um milhão de batistas em todo o Brasil” (2007: 26), até o ano do centenário da denominação no país, em 1982. A partir deste contexto, intensificam-se a presença e as ações tomadas pela denominação Batista em direção à Amazônia brasileira.

Neste sentido, as metas estabelecidas pela JMN para 1971/1972 estão diretamente relacionadas ao contexto do anúncio e início das obras da rodovia Transamazônica pela ditadura militar (Menezes, 2007). Conforme se apontou anteriormente, não apenas os militares foram céleres em iniciar suas ações, mas, também, a liderança da JMN na figura de seu secretário, o missionário Samuel Mitt. A este respeito, em 1970 e 1971, o missionário empreendeu duas viagens a regiões estabelecidas como foco de atuação da ditadura militar no Programa de Integração Nacional (PIN).

Publicados no OJB sob o título de “Na Rota da Transamazônica”, os relatórios da primeira viagem empreendida por Samuel Mitt ainda no final de 1970 expressavam que o secretário da JMN havia “programado uma viagem pelo Tocantins e Araguaia, parando em diversos pontos, inclusive na já famosa Transamazônica” (OJB 06/12/1970 ed. 49: 02). Por sua vez, a segunda viagem, empreendida no ano de 1971, teve itinerário diferente, porém, igualmente influenciado pelos planos esboçados no PIN, pois, incluiu também a área do trajeto da rodovia Cuiabá-Santarém. Como expressado pelo missionário, “sente-se aqui a vibração pela construção da rodovia Cuiabá-Santarém. Dentro em breve deixará de haver o problema de escoamento dos produtos da região” (OJB 04/07/1971 ed. 27: 05). Ao longo dos dois itinerários é possível perceber a “adesão ativa” demonstrada pelo representante da JMN aos projetos elaborados no âmbito do Programa de Integração Nacional.

Pelo itinerário proposto para a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, Samuel Mitt demonstra entusiasmo pelas possibilidades econômicas que a “integração” da região proporcionaria aos “colonos gaúchos” instalados no lugar (OJB 04/07/1971 ed. 27, p. 01).

“Vejo na parede um pequeno mapa do norte de Mato Grosso e constato, surpreso, que a quase totalidade desta área já foi adquirida por grupos econômicos, que pretendem aplicar uma parte dos seus rendimentos, dentro dos planos da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Basta dizer que só em dois municípios (Barra e Diamantino) há 89 projetos agropecuários em franca atividade, sem contar com dezenas de outros planos que aguardam aprovação. [...] Isto nos desafia a um trabalho ainda mais arrojado na expansão da obra missionária” (OJB 04/07/1971 ed. 27: 05).

Samuel Mitt tomava consciência do conjunto de projetos que se encaminhavam para a região através dos incentivos fiscais e facilidades financeiras oferecidas a diversos grupos econômicos, muitos deles situados na região Sudeste, por meio da SUDAM. Muitos destes empreendimentos, conforme nos aponta Miranda, “[...] geraram um grande surto de devastação florestal, aumento da poluição, desrespeito às reservas indígenas, especulação e aumento das disparidades socioeconômicas inter-regionais” (Miranda, 2018: 189).

Por ocasião das viagens, o missionário procura evidenciar, também, as potencialidades econômicas das cidades da região. Descreve a cidade de Marabá, situada estrategicamente no traçado da rodovia Transamazônica, na região sudeste do Pará: “ruas asfaltadas, luz elétrica, água encanada, telefone e outras comodidades. [...] Agora será fácil o escoamento da principal riqueza da região: A Castanha do Pará. O progresso da cidade se deve em grande parte aos imensos castanhais existentes naquela região” (OJB 13/12/1970 ed. 50: 02). Desta forma, neste primeiro momento do plano de evangelização, Samuel Mitt objetivava angariar entre os batistas brasileiros “vocações” e “ofertas” missionárias no intuito de tornar possíveis as frentes de expansão das missões batistas.

Este apelo torna-se claro, ao descrever a sua primeira experiência nas obras da Transamazônica. Também podemos perceber neste trecho, mais uma vez, a “adesão ativa” da liderança da JMN às concepções da ditadura militar em relação à “integração da Amazônia”:

“Que sensação ao rodar, pela primeira vez, naquela estrada! Pensar que ali estava, finalmente, a concretização da integração da Amazônia era algo que nos comovia. Quantos milhares de brasileiros seriam beneficiados por aquela estrada! Encontrariam recursos materiais pela exploração das riquezas escondidas nas selvas e no rico solo da Amazônia. Pudessem todos ter também a oportunidade de ouvir alguém falar do amor de Deus” (OJB 13/12/1970 ed. 50: 02).

Note-se a menção às riquezas “no rico solo da Amazônia”. Segundo Petit, já no final da década de 1960, empresas estrangeiras realizavam estudos sobre a existência de reservas minerais na região da Serra dos Carajás, na região de Marabá. Isto foi o início daquilo que o historiador denomina de o “ciclo do minério”, a partir da segunda metade da década de 1970 (Petit, 2003: 97).

É possível dizer, então, que a avaliação das potencialidades da região não se restringia apenas aos aspectos visíveis no momento de suas viagens, mas que o secretário da JMN estaria atento também às potencialidades futuras, tal qual as lideranças militares.



Imagem 5: Fotografias do Porto de Santana, no Estado do Amapá, um dos locais estratégicos para o escoamento das riquezas “no rico solo da Amazônia”, Acervo *O Jornal Batista* (20/12/1970, ed. 51: 02).

No final da década de 1970, assim como nos indica Petit, após o abandono dos militares aos núcleos de “colonização dirigida” abertos na Amazônia (2003: 95), encontramos no relatório remetido à *Southern Baptist Convention* em 1979, a reorientação das atenções batistas para o trabalho missionário na região:

“A maior reserva mundial de minério de ferro - mais de 18 bilhões de toneladas de minério 66% puro - está sendo explorada na região montanhosa de Carajás. Junto com o rio Trombetas, a maior jazida mundial de bauxita de alto teor, matéria-prima do alumínio, está sendo minerada e exportada. [...] Cientes disso, a liderança nacional batista e nossos missionários estão comprometidos com a evangelização da região. Além de ver esses países como uma bonança econômica, eles os veem como uma bonança potencialmente espiritual que Deus deseja usar em maiores proporções em um empreendimento missionário mundial” (FMB 08/05/1979 THE FOREIGN MISSION BOARD MET IN REGULAR MONTHLY, SOUTHER BAPTIST CONVENTION – RICHMOND, VIRGINIA).

Nesse sentido, encerramos o argumento acerca das inter-relações entre o contexto de abertura das frentes de trabalho na Transamazônica e as frentes de expansão da missão batista, com um trecho que expressa, não apenas esta “visão de futuro”, mas, também, a “adesão ativa” demonstrada pelos batistas brasileiros através da “espiritualização” dos projetos esboçados pela ditadura militar:

“Deus seja louvado porque à obra missionária está em marcha. Venceremos na Transamazônica porque cremos que aquele empreendimento nasceu do coração de Deus. Milhares e milhares hão de ser ganhos para o reino de Deus como resultado dos esforços do povo crente que, no presente, tem visões de futuro” (OJB 20/12/1970 ed. 51: 02).

Considerações Finais

Neste texto, procuramos evidenciar as inter-relações presentes entre a abertura das frentes de trabalho na Transamazônica, entre 1971 e 1974, e os planos de expansão das missões batistas para a Amazônia brasileira, elaborados pela Junta de Missões Nacionais, da Convenção Batista Brasileira, no mesmo período. Em âmbito nacional, destacamos que a atitude das lideranças batistas frente ao golpe militar de 1964 manifestou-se, segundo Almeida (2016), como uma “adesão ativa” às concepções, discursos e projetos propostos pela ditadura militar. No interior dos projetos em relação à Amazônia, esta adesão se manifestou através da elaboração de um plano de expansão missionária alinhado aos projetos esboçados no Programa Nacional de Integração (PIN), instituído pelo Decreto-Lei 1.106 de 1970 (Menezes, 2007).

Ao retomarmos o passado recente, de forma específica as missões batistas sobre a Amazônia no período da ditadura militar brasileira, buscou-se evidenciar um paralelo entre dois momentos históricos distintos que, direta ou indiretamente, apresentam inter-relações semelhantes entre os contextos de exploração socioeconômicos adotados para a Amazônia brasileira e o avanço das missões protestantes sobre a região. Conforme o alerta lançado no limiar do século XX por Pádua (2000), nos últimos anos assistimos à implantação de uma acelerada política de devastação ambiental e social imposta sobre a região, sobretudo a partir do ano de 2019.

Coincide ao período desta devastação, uma “adesão ativa” de parcela significativa do campo religioso protestante brasileiro aos princípios, práticas e discursos propagados pelo atual governo federal, nas mais diversas pautas em relação à região amazônica -

inclusive no que se refere à implantação de atividades missionárias junto a povos indígenas isolados, por exemplo.

Conforme se afirmou no início deste texto, nosso propósito ao estabelecer este paralelo e abordar as inter-relações entre as frentes de expansão das missões batistas e as frentes de trabalho da Transamazônica (BR-230) não é reduzir a complexidade das missões religiosas, nem tampouco afirmar uma pretensa homogeneidade de afiliações políticas no interior do campo protestante brasileiro. Mas deslindar ao público as estratégias utilizadas pelas lideranças religiosas na “espiritualização” dos problemas sociais brasileiros como forma de desmobilização política de seus membros no interior das igrejas protestantes – no caso de nosso estudo, no interior da denominação Batista no Brasil.

Tais estratégias, como se demonstrou, eram organizadas no interior das lideranças protestantes e cumpriam uma função de “manutenção da ordem política”. Conforme nos aponta Bourdieu (1974): “a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas próprias aos diferentes grupos ou classes, contribui para a perpetuação e para a reprodução da ordem social [...] ao contribuir para consagrá-la e santificá-la” (Bourdieu, 1974: 52-53). Nesse sentido, a desmobilização política e o silenciamento dos grupos dissidentes no interior da igreja pelas lideranças da Convenção Batista Brasileira, como nos mostrou Almeida (2016), teve como propósito a “manutenção da ordem política”, o que possibilitou, durante a década de 1970, o alinhamento entre os projetos de “integração nacional” e as estratégias de evangelização da denominação Batista no Brasil, especialmente na Amazônia.

Por fim, a nossa intenção, a partir das reflexões das inter-relações entre uma constelação de processos sociais e ambientais perversos em voga na Amazônia brasileira e a atuação de grupos protestantes em alinhamento a estes processos é propor um debate acerca do papel desempenhado por estas missões na história e, na atualidade, no objetivo de incitar as vozes dissidentes no interior do campo protestante brasileiro a propor outra forma de atuação, alinhada à defesa da natureza e do homem da região.

Wedster Sabino – “*Aquele empreendimento nasceu do coração de Deus*”: *As inter-relações entre a missão batista e os projetos de integração nacional na Amazônia brasileira (1970-1974)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1 2022. 143-163. DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist12_1a8

Fontes e Bibliografia

Fontes

Acervo O Jornal Batista, *Convenção Batista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1970 - 1982. Disponível em: <http://acervo.batistas.com/>
 Acervo Foreign Mission Board, *Southern Baptist Historical Library and Archives*, The Foreign Mission Board Met In Regular Monthly 08/05/1979, Richmond, Virginia. Disponível em: <https://sbhla.org/digital-resources/sbc-annuals>
 BRASIL, Decreto-Lei n. 1.106 de 16 de junho de 1970, *Programa de Integração Nacional*.

Bibliografia

ALMEIDA, Adroaldo José Silva (2016), “*Pelo Senhor, marchamos*”: *os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985)*, Tese de Doutorado em História Social, Niterói, Universidade Federal Fluminense.
 BOURDIEU, Pierre (1974), *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva.
 DE LUCA, Tânia Regina (2006), “História dos/nos e por meio dos periódicos” in Carla Bassanezi Pinsky (dir.), *Fontes Históricas*, São Paulo, Contexto, pp. 111-153.
 GONÇALVES, Carlos Walter Porto (2012), *Amazônia, Amazônia*, São Paulo Contexto.
 LANTERNARI, Vittorio (1974), *As Religiões dos Oprimidos*, São Paulo, Editora Perspectiva.
 MENEZES, Fernando Dominience (2007) *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*, Dissertação de Mestrado em História, Brasília, Universidade de Brasília.
 MIRANDA, Camila Barbosa Monção (2018), *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*, Dissertação de Mestrado em História, Manaus, Universidade Federal do Amazonas.
 PÁDUA, José Augusto (2000), “Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica”, *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, vol. VI (suplemento), pp. 793-811 [consulta em setembro 2021]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2000.v6suppl0/>
 PETIT, Pere (2003), *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*, Belém, Paka-Tatu.
 SABINO, Wedster Felipe Martins (2019), “*Destruindo as Trevas Espirituais, Morais e Intelectuais*”: *história, mediação cultural e missionarismo batista no vale do rio Tocantins (1925-1940)*, Monografia de Graduação em História, Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins.
 SANTOS, Catarina Maria Costa dos (2007), *A Terra prometida: discursos, práticas e imagens da presença dos batistas brasileiros na Amazônia (1970-1980)*, Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia, Belém, Universidade Federal do Pará.
 VASCONCELOS, Micheline Reinaux de (2010), *As Boas Novas pela Palavra Impressa: Impresses e Imprensa Protestante no Brasil (1837-1930)*, Tese de Doutorado em História, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.